

# **Corredor Logística e Infraestrutura S.A. e Controladas**

Relatório sobre a Revisão de  
Informações Financeiras Intermediárias  
Individuais e Consolidadas  
para o Trimestre Findo em  
31 de Março de 2023

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Administradores da  
Corredor Logística e Infraestrutura S.A.

### **Introdução**

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 415 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

## Ênfase

### *Reapresentação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas*


Chamamos atenção à nota explicativa nº 2.2.1 às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas referente ao período findo em 31 de março de 2023, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para inclusão de divulgações descritas na referida nota explicativa. Em 30 de maio de 2023 emitimos relatório de revisão sem modificação sobre as informações financeiras intermediárias da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. A nossa conclusão não contém modificação sobre esse assunto.

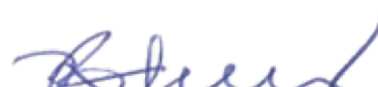
## Outros assuntos

### *Demonstrações do valor adicionado*

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Campinas, 18 de julho de 2023

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
Paulo de Tarso Pereira Jr.  
Contador  
CRC nº 1 SP 253932/O-4

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022			31/03/2023	31/12/2022		
<b>CIRCULANTES</b>						<b>CIRCULANTES</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	139.357	135.534	548.297	563.847	Fornecedores	13.1	3.286	4.547	14.735	24.533
Contas a receber	4	6.557	13.291	43.897	36.071	Debêntures	17	29.934	12.162	86.605	35.612
Estoques	5	1.838	1.782	16.671	16.704	Obrigações trabalhistas	15	5.520	4.639	17.555	23.710
Tributos a recuperar	7	8.356	9.277	21.429	11.546	Obrigações tributárias	15	1.664	1.076	10.365	50.659
Partes relacionadas	6	3.751	1.266	16.359	12.723	Passivo de arrendamento	14	12.149	11.275	28.711	27.463
Dividendos a receber		3.660	-	-	-	Partes relacionadas	6	-	-	30.058	14.340
Outros créditos		1.427	2.697	6.120	6.821	Outras contas a pagar	13.2	7.397	11.299	52.688	48.947
<b>TOTAL DOS ATIVOS CIRCULANTES</b>		<b>164.946</b>	<b>163.847</b>	<b>652.773</b>	<b>647.712</b>	<b>TOTAL DOS PASSIVOS CIRCULANTES</b>		<b>59.950</b>	<b>44.998</b>	<b>240.717</b>	<b>225.264</b>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>						<b>NÃO CIRCULANTES</b>					
Partes relacionadas	6	911	1.960	911	1.960	Debêntures	17	407.740	407.475	1.188.893	1.188.270
Impostos diferidos	16	6.731	6.434	26.516	21.749	Ações preferenciais resgatáveis	19	535.045	505.782	535.045	505.782
Ativo indenizatório	2.6	-	-	37.923	41.171	Passivo de arrendamento	14	82.549	78.163	175.478	166.397
Depósitos judiciais	18	-	-	4.769	382	Partes relacionadas	6	-	-	133.723	123.693
Propriedades para investimentos	8	972	972	972	972	Provisão para riscos	18	-	-	42.258	44.665
Investimentos	9	782.805	815.472	62	62	Impostos diferidos	16	-	-	-	3.580
Imobilizado	11	2.275	1.535	71.975	65.162	Outras contas a pagar	13.2	14.576	13.826	14.576	13.826
Direito de uso	10	76.453	72.068	164.861	156.309	<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.039.910</b>	<b>1.005.246</b>	<b>2.089.973</b>	<b>2.046.213</b>
Intangível	12	699.571	710.367	2.358.741	2.406.135	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>1.099.860</b>	<b>1.050.244</b>	<b>2.330.690</b>	<b>2.271.477</b>
<b>TOTAL DOS ATIVOS NÃO CIRCULANTES</b>		<b>1.569.718</b>	<b>1.608.808</b>	<b>2.666.730</b>	<b>2.693.902</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>20</b>				
						Capital social		210.822	210.822	210.822	210.822
						Reservas de lucros		6.911	6.911	6.911	6.911
						Reservas de capital		473.031	473.031	473.031	473.031
						Prejuízo acumulado		(156.405)	(68.798)	(156.405)	(68.798)
						Ajuste acumulado de conversão		100.445	100.445	100.445	100.445
								634.804	722.411	634.804	722.411
						Participação de não controladores		-	-	354.009	347.726
						<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>634.804</b>	<b>722.411</b>	<b>988.813</b>	<b>1.070.137</b>
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>1.734.664</b>	<b>1.772.655</b>	<b>3.319.503</b>	<b>3.341.614</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.734.664</b>	<b>1.772.655</b>	<b>3.319.503</b>	<b>3.341.614</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por lote de mil ações apresentado em reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		01/01/2023 a 31/03/2023	01/01/2022 a 31/03/2022	01/01/2023 a 31/03/2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	27.248	16.331	148.075
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	24	(18.955)	(16.245)	(82.394)
LUCRO BRUTO		8.293	86	65.681
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Despesas gerais e administrativas	24	(19.511)	(4.891)	(23.760)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(29.007)	-	
Outras receitas (despesas) operacionais	25	(990)	221	(38.252)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(41.215)	(4.584)	3.669
RECEITAS FINANCEIRAS	26	3.932	108	17.854
Despesas Financeiras	26	(50.395)	(15.590)	(94.452)
Variações cambiais, líquidas	26	(226)	36.282	(826)
Resultado financeiro líquido		(46.689)	20.800	(77.424)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(87.904)	16.216	(73.755)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE	16	-	-	(15.916)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO	16	297	358	8.347
LUCRO/PREJUÍZO DO PERÍODO		(87.607)	16.574	(81.324)
Atribuível a				
Acionistas da Companhia		(87.607)	16.574	(87.607)
Participação de não controladores		-	-	6.283
		(87.607)	16.574	(81.324)
Prejuízo básico por ação (expresso em R\$ por ação)	21	(0,35)	0,13	
Prejuízo básico diluído por ação (expresso em R\$ por ação)	21	(0,35)	0,13	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado
	01/01/2023 a 31/03/2023	01/01/2022 a 31/03/2022	01/01/2023 a 31/03/2023
LUCROS / PREJUÍZO DO PERÍODO	(87.607)	16.574	(81.324)
LUCROS / PREJUÍZO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>(87.607)</u>	<u>16.574</u>	<u>(81.324)</u>
ATRIBUÍVEL À			
Participação dos acionistas da controladora	(87.607)	16.574	(87.607)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	6.283
Prejuízo básico por ação (expresso em R\$ por ação)	21 (0,35)	0,13	
Prejuízo básico diluído por ação (expresso em R\$ por ação)	(0,35)	0,13	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Atribuído à participação dos controladores										
	Reservas de lucros					Reserva de capital	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de Incentivos fiscais	Total						
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	210.822	1.008	1.579	6.911	9.498	(84.104)	100.445	(71.620)	165.041	-	165.041
Lucro do período	-	-	-	-	-	-	-	16.574	16.574	-	16.574
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022	210.822	1.008	1.579	6.911	9.498	(84.104)	100.445	(55.046)	181.615	-	181.615
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022	210.822	-	-	6.911	6.911	473.031	100.445	(68.798)	722.411	347.726	1.070.137
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	(87.607)	(87.607)	6.283	(81.324)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023	210.822	-	-	6.911	6.911	473.031	100.445	(156.405)	634.804	354.009	988.813

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

**CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A E CONTROLADAS**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO  
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		01/01/2023 a 31/03/2023	01/01/2022 a 31/03/2022	01/01/2023 a 31/03/2023
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Lucro / Prejuízo do período		(87.607)	16.574	(81.324)
<b>AJUSTES PARA CONCILIAR O RESULTADO ÀS DISPONIBILIDADES GERADAS PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>				
Depreciação e amortização	10, 11 e 12	12.549	12.107	52.951
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	16	(297)	(358)	7.569
Encargos financeiros reconhecidos no resultado, líquidos	14, 17 e 26	50.013	(23.926)	87.199
Provisão para riscos	18	-	-	841
Resultado de equivalência patrimonial	9	29.007	-	-
Atualização de saldo a pagar em combinação de negócios	25	-	-	10.030
Provisão para perdas de crédito esperadas	4	-	-	5
Outros		-	1.178	-
		<u>3.665</u>	<u>5.575</u>	<u>77.271</u>
<b>REDUÇÃO/(AUMENTO) EM ATIVOS</b>				
Contas a receber de clientes		6.734	(1.545)	(7.831)
Estoques		(56)	(57)	33
Impostos a recuperar		921	239	(9.883)
Partes relacionadas		(1.436)	(908)	(2.587)
Outros ativos circulantes e não circulantes		1.270	21	(3.686)
<b>AUMENTO/(REDUÇÃO) EM PASSIVOS</b>				
Fornecedores		(1.261)	2.325	(9.798)
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais		1.469	1.072	11.105
Partes relacionadas		-	-	15.718
Outros passivos circulantes e não circulantes		(3.152)	(627)	4.491
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
		<u>8.154</u>	<u>6.095</u>	<u>74.833</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(73.470)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
		<u>8.154</u>	<u>6.095</u>	<u>1.363</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>				
Adições no ativo imobilizado e intangível	11 e 12	(1.111)	(737)	(9.325)
Baixas no ativo imobilizado e intangível			216	
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO / APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>				
		<u>(1.111)</u>	<u>(521)</u>	<u>(9.325)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>				
Juros pagos de passivo de arrendamento	14	(2.713)	(2.589)	(6.320)
Pagamento de principal de passivo de arrendamento	14	(507)	(1.404)	(1.268)
Amortização de empréstimos - principal		-	(2.778)	-
Amortização de empréstimos - juros		-	(8.768)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO / APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>				
		<u>(3.220)</u>	<u>(15.539)</u>	<u>(7.588)</u>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>				
		<u>3.823</u>	<u>(9.965)</u>	<u>(15.550)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		135.534	37.311	563.847
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		139.357	27.346	548.297
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>				
		<u>3.823</u>	<u>(9.965)</u>	<u>(15.550)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.



CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
 PARA O PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado
	01/01/2023 a 31/03/2023	01/01/2022 a 31/03/2022	01/01/2023 a 31/03/2023
RECEITAS	28.285	18.345	154.860
Vendas de produtos e serviços	29.275	17.978	159.525
Outras receitas (despesas) operacionais	(990)	221	(4.670)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	-	146	5
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	19.949	5.113	42.818
Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	37.270	2.808	55.915
Materiais, energia, serviços de terceiros	(17.321)	2.305	(13.097)
VALOR ADICIONADO BRUTO	8.336	13.232	112.042
Depreciações e amortizações	12.549	12.107	52.951
VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(4.213)	1.125	59.091
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(25.075)	36.390	18.205
Resultado de equivalência patrimonial	(29.007)	-	-
Receitas financeiras e variação cambial	3.932	36.390	18.205
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(29.288)	37.515	77.296
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(29.288)	37.515	77.296
PESSOAL	5.326	3.643	23.240
Remuneração direta	4.477	2.402	17.322
Benefícios	724	1.165	4.856
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	125	76	1.062
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	1.932	1.680	31.183
Federais	1.223	779	24.725
Estaduais	-	2	18
Municipais	709	899	6.440
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	51.061	15.618	104.197
Despesas financeiras e variação cambial	50.621	15.590	93.727
Aluguéis	440	28	440
Outros	-	-	10.030
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	(87.607)	16.574	(81.324)
Lucros (prejuízo) retidos no exercício	(87.607)	16.574	(87.607)
Participação dos acionista não controladores	-	-	6.283

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

## CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS  
PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2023  
(Em Milhares de Reais)

---

### 1. INFORMAÇÕES DA COMPANHIA

#### 1.1 Contexto operacional

A Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (“Companhia” ou “CLI”) é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, SP, constituída em 21 de outubro de 2011.

A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras Companhias, a exploração de serviços auxiliares aos transportes aquaviários; serviços auxiliares ao transporte rodoviário de cargas em geral; serviços auxiliares ao transporte de carga em geral (logística de transporte ou agente de transportadoras); agenciamento marítimo e operador portuário; serviços de depósito; logística de depósito; consultoria de transportes em geral; polo de transbordo rodoviário e ferroviário; armazenamento de cereais e correlatos e serviços correlatos.

#### Concessão do Terminal de Grãos do Maranhão

A Companhia possui 25% de participação do Consórcio Tegram-Itaqui (“Consórcio”), que tem sua sede localizada na Avenida dos Portugueses, 100, Área Comum - Terminal de Grãos do Maranhão, em São Luís, no Estado do Maranhão.

O Consórcio foi constituído em 4 de maio de 2012, tendo como objetivo executar todas as obras de construção das áreas comuns do Terminal de Grãos do Maranhão - TEGRAM, localizado no Porto de Itaqui, no Estado do Maranhão, objeto de arrendamento conforme Concorrência Pública nº 01/11 - EMAP. Uma vez construído, também tem como objetivo gerir, operar e prover a manutenção dessas áreas, conforme previsto em Edital de Licitação.

O Consórcio não possui personalidade jurídica e não deverá constituir personalidade jurídica distinta das consorciadas. O objeto do Consórcio será exercido durante o prazo de duração dos contratos de arrendamento dos lotes, que é de 25 anos, encerrando-se em 3 de maio de 2037, de acordo com o Edital de Licitação.

Encerrado o prazo do Consórcio, será de responsabilidade das consorciadas promover a liquidação de todas as obrigações e direitos decorrentes de suas atividades. Parte do Consórcio no Porto de Itaqui, no Maranhão, a CLI opera um dos maiores terminais de grãos do país. Sendo o único operador independente sem nenhum vínculo com qualquer trading ou operador rodo ou ferroviário no Porto de Itaqui.

#### Concessão do terminal portuário Elevações Portuárias S.A (“EPSA”)

A Companhia, através de sua controlada indireta EPSA, detém a concessão de serviços de terminais portuários no Porto de Santos, cuja abrangência e término encerra-se em março de 2036. A EPSA é prestadora de serviços no setor de logística (armazenagem e elevação), principalmente destinados à exportação de commodities e oferece uma solução integrada de movimentação, armazenagem e embarque.

A EPSA está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão de terminais portuários. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a ICPC 01(R1) / IFRIC 12– Contratos de concessão não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos e CPC 27 / IAS 16 – Ativo Imobilizado.

Os contratos de concessão serão extintos por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária. Na eventualidade de ocorrer extinção de alguma das concessões, os principais efeitos seriam os seguintes:

- Retornariam ao poder concedente (União) todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.
- Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito a avaliações técnicas e financeiras por parte da União.

## 1.2 Reestruturação societária

Em novembro de 2022, a CLI realizou uma reestruturação societária (maiores detalhes vide nota explicativa 20), alterando a participação de seus controladores da seguinte forma:

- Os fundos de investimento PE SOPP Fundo de Investimentos em Participações II Multiestratégia no Exterior e SOPP INFRA I Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia passaram a deter 50% das ações da CLI; O novo acionista, Fundo de Investimento Brasil Terminais Logísticos Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, passou a deter 50% das ações da CLI

### CLI SUL S.A (“CLI Sul”) e Aquisição da EPSA

Durante o exercício de 2021 a CLI Sul era uma empresa dormente que não era controlada pela Companhia. Em julho de 2022 foi adquirida pela Companhia por montante irrelevante para viabilizar a aquisição da EPSA, de acordo com a estratégia de negócios da Companhia.

Em 15 de julho de 2022, a Companhia, através de sua controlada CLI SUL, celebrou contrato de compra e venda de ações, prevendo a compra de 80% da participação acionária na empresa EPSA (ações ordinárias com direito a voto), entidade anteriormente controlada pela Rumo S.A., que operava e controlava os terminais T16 e T19 no Porto de Santos. Em novembro de 2022 foi concluída a operação e a partir dessa data o controle acionário passou a ser detido, indiretamente, pela CLI. A EPSA é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida Guilherme Weinschenck, 886 na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

## 1.3 Outros Assuntos

### Conflito entre Rússia e Ucrânia

#### *Contexto Geral*

A invasão da Ucrânia pelas forças russas, em 24 de fevereiro de 2022, constitui um evento de longo alcance na economia global e, portanto, nos relatórios financeiros das Companhias em geral.

Os impactos foram sentidos imediatamente nos mercados de commodities e financeiros ao longo desse período, desde o início da guerra. Algumas sanções foram impostas contra a Rússia por países que não concordam com os termos relatados para tal invasão. As consequências para a Rússia e os demais países são imediatamente aparentes, mas a longo prazo haverá também consequências significativas para a economia global. Atualmente, não é possível estimar a duração da crise geopolítica, que também pode ser intensificada por ações da Rússia e outros países.

Os riscos desses eventos são significativos nas cadeias de abastecimento (especialmente no que diz respeito à demanda de energia), nos mercados de venda, no fornecimento de crédito pelos bancos, na gestão de cyber-ataques, entre outros exemplos. Tais riscos afetam direta ou indiretamente a economia global (investimentos, câmbio, inflação, petróleo, comércio internacional etc.), sujeita a impactos financeiros, caso as partes envolvidas não cheguem a um acordo.

#### *Impactos na elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas*

As operações da Companhia não sofreram grandes impactos em razão do conflito entre Rússia e Ucrânia no período findo em 31 de março de 2023. A Companhia monitora diariamente possíveis impactos que podem ter efeito direto nas operações.

Os principais itens monitorados pela Companhia são:

- Fertilizantes: Rússia e Bielorrússia respondem por 30,5% das exportações de fertilizantes potássicos e o Brasil é o maior importador mundial não apenas do total de fertilizantes como de cada um deles (nitrogenados, fosfatados e potássicos). Portanto, o Brasil enfrentaria dificuldades para substituir a oferta daqueles dois países por outros fornecedores, dado o seu peso na balança comercial entre os países.
- Commodities: No ano de 2022 percebeu-se um acirramento da inflação no Brasil e no mundo, após deflagrada a guerra entre Rússia e Ucrânia, que elevou os preços de diversas commodities, incluindo o milho e o trigo. A Companhia monitora efeitos relacionados ao potencial de exportação brasileiro e as condições que podem subsidiar o aumento das exportações, o que pode beneficiar as operações da Companhia e sua controlada. A guerra também contribuiu para um aumento da volatilidade nos mercados de câmbio, preços de energia, e outros custos de insumos. Até o momento, não se apontou impactos negativos nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia e sua subsidiária. A Administração continuará monitorando os fatos sobre o conflito, com vistas à potenciais impactos nos negócios e, conseqüentemente, nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o *impairment* de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pelo conflito que indicariam tal necessidade. Como não houve interrupção nas operações da Companhia, o impacto financeiro resultante do conflito nas unidades geradoras de caixa ("UGC") foi limitado. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram alterações significativas para a avaliação dos indicadores de *impairment*. Nossas projeções de recuperação de tributos diferidos, estão fundamentadas nos mesmos cenários e premissas acima.

A Companhia até o momento não identificou impactos em risco de crédito de clientes, taxa de desconto, estoque, instrumentos financeiros e contas a receber entre outros itens analisados.

## 2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023 foram elaboradas de acordo com a Deliberação CVM 673 de 20 de outubro de 2011, que aprova o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e a IAS 34 “Interim Financial Reporting” emitida pelo “International Accounting Standards Board – “IASB”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

### 2.2. Bases de Elaboração

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito a seguir.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do CPC 06 (R2) – Arrendamentos (equivalente à IFRS 16) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado no CPC 16 (R1) - Estoques (equivalente ao IAS 2) ou valor em uso na CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente à IAS 36).

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Vide nota explicativa 2.5 para maiores detalhes.

### 2.2.1. Reapresentação das informações financeiras intermediárias

As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas referente ao período findo em 31 de março de 2023 estão sendo reapresentadas de acordo com as orientações contidas no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, equivalente ao IAS 8, para a inclusão de divulgações adicionais na nota explicativa nº 2.6 Combinação de Negócios.

Os itens 5 e 6 da referida nota explicativa foram acrescidos para trazer maior clareza a conciliação apresentada do quadro de alocação preliminar do valor pago na combinação de negócios.

#### Quadro originalmente apresentado

Total da contraprestação estimada	<u>1.524.093</u>
(-) Valor justo dos ativos adquiridos	<u>2.188.884</u>
Caixa	17.119
Aplicações financeiras	221.850
Contas a receber	24.969
Estoque	14.494
Imposto de renda diferido	16.715
Imobilizado (1)	583.815
Direito de uso	84.771
Intangível	5.100
Intangível – Licença de operação (2)	1.173.588
Ativo indenizatório (4)	41.458
Outros ativos	5.005
(+) Valor justo dos passivos assumidos:	<u>280.611</u>
Fornecedores	13.539
Obrigações trabalhistas	21.987
Adiantamentos	7.124
Obrigações tributárias	92.124
Arrendamentos CP	16.085
Provisão de riscos (3)	41.171
Arrendamentos LP	<u>88.581</u>
(=) Total dos ativos líquidos a valor justo	<u>1.908.273</u>
Participação de não controladores	<u>338.963</u>
Reconhecimento de compra vantajosa (provisório)	<u>(10.530)</u>

(1) O valor justo dos ativos foi calculado pelo método de fluxo de caixa descontado por uma taxa de retorno esperada para o ativo.

- (2) O valor justo para licença de operação calculado com base no Método de Lucro Excedente Multi-Período (“MEEM”), método que isola a receita / fluxo de caixa que está relacionado ao ativo intangível sendo avaliado e estima o valor justo por meio da soma dos lucros excedentes futuros descontados atribuíveis ao ativo intangível.
- (3) Os passivos contingentes assumidos na aquisição que são considerados obrigações presentes decorrentes de eventos passados e que podem ser mensurados de forma confiável foram reconhecidos e são inicialmente mensurados pelo valor justo na data de aquisição e subsequentemente mensurados de acordo com os requisitos do CPC 15 (R1) (IFRS 3), a um montante superior que seria reconhecido de acordo com o CPC 25 (IAS 37). O valor justo dos passivos contingentes inclui os passivos assumidos e reconhecidos pela EPSA antes da alocação do valor justo, mais os efeitos da alocação dos valores justos.
- (4) Conforme previsto na cláusula de indenização do contrato de compra e venda, a CLI Sul, adquirente, tem o direito de ser indenizada pelos vendedores, por quaisquer perdas, cujo fato gerador tenha ocorrido até o fechamento da transação de compra e venda da EPSA (closing). Sob esse fundamento, a adquirente reconheceu contabilmente o ativo indenizatório correspondente ao passivo indenizável, representado por provisões de naturezas cível, tributária e trabalhista, registradas na sociedade adquirida, no montante de R\$41.458.

Quadro reapresentado:

Total da contraprestação (I)	<u>1.524.093</u>
(-) Valor justo dos ativos adquiridos:	<u>2.188.882</u>
Caixa	17.119
Aplicações financeiras	221.850
Contas a receber	24.969
Estoque	14.494
Imposto de renda diferido	16.715
Imobilizado (1)	583.815
Direito de uso	84.771
Intangível	5.100
Intangível – Licença de operação (2)	1.173.588
Ativo indenizatório (4)	41.458
Outros ativos	5.003
(+) Valor justo dos passivos assumidos:	<u>280.611</u>
Fornecedores	13.539
Obrigações trabalhistas	21.987
Adiantamentos	7.124
Obrigações tributárias	92.124
Arrendamentos CP	16.085
Provisão de riscos (3)	41.171
Arrendamentos LP	88.581
(=) Total dos ativos líquidos a valor justo (II)	<u>1.908.271</u>
Participação de não controladores (III)	381.654
(+/-) Ajuste eventos identificados 16 dias (5)	<u>(42.691)</u>
Participação de não controladores	<u>338.963</u>

(+/-) Outros ajustes (6) (IV) (8.006)

Reconhecimento de compra vantajosa (provisório) (I-II+III+IV) (10.530)

- (1) O valor justo dos ativos foi calculado pelo método de fluxo de caixa descontado por uma taxa de retorno esperada para o ativo.
- (2) O valor justo para licença de operação calculado com base no Método de Lucro Excedente Multi-Período ("MEEM"), método que isola a receita / fluxo de caixa que está relacionado ao ativo intangível sendo avaliado e estima o valor justo por meio da soma dos lucros excedentes futuros descontados atribuíveis ao ativo intangível.
- (3) Os passivos contingentes assumidos na aquisição que são considerados obrigações presentes decorrentes de eventos passados e que podem ser mensurados de forma confiável foram reconhecidos e são inicialmente mensurados pelo valor justo na data de aquisição e subsequentemente mensurados de acordo com os requisitos do CPC 15 (R1) (IFRS 3), a um montante superior que seria reconhecido de acordo com o CPC 25 (IAS 37). O valor justo dos passivos contingentes inclui os passivos assumidos e reconhecidos pela EPSA antes da alocação do valor justo, mais os efeitos da alocação dos valores justos.
- (4) Conforme previsto na cláusula de indenização do contrato de compra e venda, a CLI Sul, adquirente, tem o direito de ser indenizada pelos vendedores, por quaisquer perdas, cujo fato gerador tenha ocorrido até o fechamento da transação de compra e venda da EPSA (closing). Sob esse fundamento, a adquirente reconheceu contabilmente o ativo indenizatório correspondente ao passivo indenizável, representado por provisões de naturezas cível, tributária e trabalhista, registradas na sociedade adquirida, no montante de R\$41.458.
- (5) Conforme contrato de compra e venda, a assunção do controle da Elevações Portuárias S.A. pela controlada CLI Sul S.A. ocorreu em 14 de novembro de 2022. Desta forma, ajustes referentes as transações ocorridas no período de 16 dias da data do fechamento da operação para o balanço patrimonial utilizado na avaliação da alocação de preço provisória em 30 de novembro de 2022, foram necessários.
- (6) Determinados ajustes foram identificados durante o processo de elaboração das informações financeiras trimestrais da controlada CLI Sul, estes avaliados quantitativamente e qualitativamente como imateriais pela Administração da Companhia e, portanto, não foram corrigidos em 31 de março de 2023, os quais serão devidamente ajustados na alocação de preço final.

### 2.3. Bases de Consolidação

#### a) Investimento em controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas informações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.



Nas informações financeiras intermediárias individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As informações financeiras das controladas são elaboradas para a mesma data-base de apresentação da controladora. Sempre que necessário, são realizados ajustes para adequar as políticas contábeis às da Companhia.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuível à Companhia sobre o lucro líquido ou prejuízo do exercício desses investimentos é registrada na demonstração do resultado da controladora em “resultado de equivalência patrimonial”.

Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo. Os outros resultados abrangentes de controladas são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia em “outros resultados abrangentes”.

Conforme descrito no contexto operacional, a Companhia adquiriu a CLI Sul durante o exercício de 2022. A CLI Sul, por sua vez, conclui a aquisição da EPSA em novembro de 2022 (nota 2.6). Sendo assim, não estão sendo apresentados saldos consolidados para o exercício de três meses findo em 31 de março de 2022, e a comparabilidade ficou sem efeito.

b) Investimento em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em uma joint venture. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas são incorporados nestas informações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (CPC 31).

Um investimento em uma coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se torna uma coligada. Na aquisição do investimento em uma coligada, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido.

Abaixo é apresentada a relação de controladas diretas e indiretas da Companhia, bem como os investimentos controlados em conjunto, em 31 de Março de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Participação direta:		
CLI SUL S.A.	100%	100%
Participação indireta:		
Elevações Portuárias S.A.	80%	80%
Participação em coligadas:		
Tegram Operações Portuárias S.A. (“TOP S.A.”)	25%	25%

## c) Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos.

O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o input - entrada de recursos adquirido em outputs - saídas de recursos, e os inputs - entradas de recursos adquiridos incluírem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir outputs e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituída sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo outputs - saída de recursos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 (equivalente à IFRS 9) na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

d) Participação de não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas, localizada no Brasil, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário em que opera, geram e consomem recursos.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas esse exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

(i) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia e suas controladas reconhecem a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo.

(ii) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, a Companhia e sua controlada revisam o saldo do ativo imobilizado, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando o ativo não gera fluxos de caixa separadamente dos outros ativos, a Companhia e sua subsidiária calculam o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o valor recuperável de um ativo calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

(iii) Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas esperadas

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia e suas controladas para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos vencidos e a vencer, considerando o conceito de perdas esperadas do pronunciamento técnico CPC 48 (equivalente à IFRS 9).

(iv) Provisão para custos portuários

Outras contas a pagar incluem provisões operacionais que são decorrentes de custos portuários (navegação), provisão para *demurrage*, *estadia* e outros gastos operacionais, cujos serviços já foram prestados e/ou os produtos foram entregues pelos fornecedores, gerando uma obrigação presente para a Companhia no final de cada período de relatório, estimada com base nos termos contratuais junto aos seus fornecedores ou de acordo com a experiência histórica acumulada.

A seguir apresentamos os principais custos portuários incorridos pela Companhia e suas controladas:

- Provisão para “*demurrage*”: Quando o tempo de operação e espera do navio ultrapassa o tempo acordado em contrato de afretamento existirá o custo a ser repassado na cadeia logística.
- Provisão para estadia: Estadia rodoviária paga para os veículos que levaram mais de 24h desde a sua chegada no pátio regulador até sua efetiva descarga na moega. Cada contrato possui parâmetros próprios para ressarcimento de custos de estadia.
- *Laytime* (Estadia de navio): Para alguns contratos da EPSA, o terminal Elevações Portuárias possui a responsabilidade quanto ao *laytime* (estadia) dos navios dos clientes. Portanto, incorre em valor a pagar pelo Terminal ao Embarcador, que posteriormente paga ao afretador que por fim repassa para o Armador no caso de custo. Para os casos de prêmio é seguido o caminho inverso.

(v) Provisão para riscos

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais como descrito na nota explicativa nº 18. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos.

A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

(vi) Valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.6, os ativos e passivos assumidos por meio de combinação de negócios são avaliados ao valor justo. A determinação dos valores justos desses ativos e passivos podem se basear em dados não observáveis, caso os dados observáveis de mercado não estejam disponíveis, de modo que pode ser exigidos julgamentos e estimativas por parte da Administração da Companhia.

(vii) Passivos de arrendamento

A estimativa da taxa incremental sobre empréstimos é elaborada usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considerando nessa estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o *rating* de crédito);

2.6. Combinação de negócios

Em 14 de novembro de 2022, a Companhia, por intermédio da controlada CLI Sul, concluiu a operação de aquisição de 80% das ações ordinárias e com direito a voto da Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”). O valor total da operação foi de R\$1.524.093, sendo pago conforme demonstrado abaixo.

A tabela a seguir resume a o cálculo contraprestação transferida estimada na data da transação:

Valor fixo da contraprestação paga em caixa	1.400.400
Contraprestação contingente (nota 6)	<u>123.693</u>
Contraprestação estimada a ser transferida	<u><u>1.524.093</u></u>

Esta aquisição resultou em uma combinação de negócios, uma vez que a CLI Sul passou a deter o controle da EPSA.

Os efeitos desta combinação de negócios afetaram apenas as contas patrimoniais do consolidado referentes às operações da Companhia a partir da data de aquisição, sendo que o patrimônio líquido da EPSA foi avaliado pelo seu valor justo na aquisição, com base no laudo econômico-financeiro preliminar de alocação do preço pago, por empresa de avaliação independente.

A CLI Sul não concluiu a alocação da contraprestação transferida nesta aquisição, e está apresentando nessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas uma alocação provisória com base em suas melhores estimativas, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Essa contabilização inicial considerou mensuração do valor justo dos ativos e passivos, efetuada por especialistas independentes contratados pela Companhia e está sujeita a eventuais modificações decorrentes de fatos existentes na data da aquisição e que possam vir ao conhecimento da Administração da Companhia durante o período de ajuste de até um ano após a data de aquisição, conforme previsto no pronunciamento contábil CPC 15 (R1) (IFRS 3).

Com relação à aquisição da EPSA, a data base de 14 de novembro de 2022 foi utilizada pela Companhia para o reconhecimento contábil da aquisição do controle acionário do investimento e de sua respectiva consolidação no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos foram detalhadas a seguir:

Total da contraprestação (I)	<u>1.524.093</u>
(-) Valor justo dos ativos adquiridos:	<u>2.188.882</u>
Caixa	17.119
Aplicações financeiras	221.850
Contas a receber	24.969
Estoque	14.494
Imposto de renda diferido	16.715
Imobilizado (1)	583.815
Direito de uso	84.771
Intangível	5.100
Intangível - Licença de operação (2)	1.173.588
Ativo indenizatório (4)	41.458
Outros ativos	5.003
(+) Valor justo dos passivos assumidos:	<u>280.611</u>
Fornecedores	13.539
Obrigações trabalhistas	21.987
Adiantamentos	7.124
Obrigações tributárias	92.124
Arrendamentos CP	16.085
Provisão de riscos (3)	41.171
Arrendamentos LP	88.581
(=) Total dos ativos líquidos a valor justo (II)	<u>1.908.271</u>
Participação de não controladores (III)	381.654
(+/-) Ajuste eventos identificados 16 dias (5)	<u>(42.691)</u>
Participação de não controladores	<u>338.963</u>
(+/-) Outros ajustes (6) IV	(8.006)
Reconhecimento de compra vantajosa (provisório) (I-II+III+IV)	(10.530)

- (1) O valor justo dos ativos foi calculado pelo método de fluxo de caixa descontado por uma taxa de retorno esperada para o ativo.
- (2) O valor justo para licença de operação calculado com base no Método de Lucro Excedente Multi-Período ("MEEM"), método que isola a receita / fluxo de caixa que está relacionado ao ativo intangível sendo avaliado e estima o valor justo por meio da soma dos lucros excedentes futuros descontados atribuíveis ao ativo intangível.
- (3) Os passivos contingentes assumidos na aquisição que são considerados obrigações presentes decorrentes de eventos passados e que podem ser mensurados de forma confiável foram reconhecidos e são inicialmente mensurados pelo valor justo na data de aquisição e subsequentemente mensurados de acordo com os requisitos do CPC 15 (R1) (IFRS 3), a um montante superior que seria reconhecido de acordo com o CPC 25 (IAS 37). O valor justo dos passivos contingentes inclui os passivos assumidos e reconhecidos pela EPSA antes da alocação do valor justo, mais os efeitos da alocação dos valores justos.

- (4) Conforme previsto na cláusula de indenização do contrato de compra e venda, a CLI Sul, adquirente, tem o direito de ser indenizada pelos vendedores, por quaisquer perdas, cujo fato gerador tenha ocorrido até o fechamento da transação de compra e venda da EPSA (closing). Sob esse fundamento, a adquirente reconheceu contabilmente o ativo indenizatório correspondente ao passivo indenizável, representado por provisões de naturezas cível, tributária e trabalhista, registradas na sociedade adquirida, no montante de R\$41.458.
- (5) Conforme contrato de compra e venda, a assunção do controle da Elevações Portuárias S.A. pela controlada CLI Sul S.A. ocorreu em 14 de novembro de 2022. Desta forma, ajustes referentes as transações ocorridas no período de 16 dias da data do fechamento da operação para o balanço patrimonial utilizado na avaliação da alocação de preço provisória em 30 de novembro de 2022, foram necessários.
- (6) Determinados ajustes foram identificados durante o processo de elaboração das informações financeiras trimestrais da controlada CLI Sul, estes avaliados quantitativamente e qualitativamente como imateriais pela Administração da Companhia e, portanto, não foram corrigidos em 31 de março de 2023, os quais serão devidamente ajustados na alocação de preço final.

## 2.7. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

### 2.7.1. IFRSs novas e revisadas, vigentes para exercícios iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2023:

- i) IAS 12 (CPC 32) - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação

Com relação a alteração na IAS 12 - Tributos sobre o Lucro (CPC 32) - Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia avaliou e não identificou impactos no resultado do exercício ou nos lucros / prejuízos acumulados divulgado pela Companhia.

Conforme divulgado na nota 16 item “b”, em 31 de março de 2023 o montante reconhecido pela Companhia é de R\$6.203 (individual) e R\$13.371 (consolidado) de imposto de renda e contribuição social diferido ativo líquido sobre o direito de uso.

- ii) Outras

Com relação as demais alterações relacionadas abaixo, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia avaliou e não identificou impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

Contratos de seguros IFRS 17/CPC 50 (inclui as alterações de junho de 2020 e dezembro de 2021).

Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro Alterações à IAS 8/CPC 23, definição de estimativas contábeis.

Apresentação das demonstrações financeiras Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) e IFRS Declaração da Prática 2.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	17.458	21.052	26.050	39.565
Aplicações financeiras	<u>121.899</u>	<u>114.482</u>	<u>522.247</u>	<u>524.282</u>
Total	<u>139.357</u>	<u>135.534</u>	<u>548.297</u>	<u>563.847</u>

Em 31 de março de 2023, os saldos de conta corrente são representados por moeda nacional e estrangeira, os saldos referentes a moeda estrangeira são de R\$7.808 na controladora (R\$8.559 em 31 de dezembro de 2022) no consolidado de R\$16.330 (R\$11.127 em 31 de dezembro de 2022) em moeda nacional na controladora R\$9.650 (R\$12.493 em 31 de dezembro de 2022) no consolidado de R\$9.720 (R\$38.438 em 31 de dezembro de 2022) .

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aplicações em bancos:				
Certificado de depósitos bancários – CDB	121.136	95.843	518.902	434.569
Operações compromissadas (i)	<u>763</u>	<u>18.639</u>	<u>3.345</u>	<u>89.713</u>
	<u>121.899</u>	<u>114.482</u>	<u>522.247</u>	<u>524.282</u>

(i) Trata-se de operações de curto prazo lastreadas em títulos de renda fixa.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2023 os rendimentos médios das aplicações financeiras foram de 100% do CDI (em 31 de dezembro de 2022 o rendimento médio foi de 100% do CDI).

4. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Clientes estrangeiros	4.719	6.400	33.621	19.766
Clientes nacionais	1.255	6.366	9.698	15.782
Clientes Consórcio Tegram	583	525	583	523
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	-	-	(5)	-
Total	<u>6.557</u>	<u>13.291</u>	<u>43.897</u>	<u>36.071</u>



A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Saldo Inicial do Período	-	(948)	-	(948)
(Adições)Reversão	-	948	(5)	948
Saldo Final do Período	-	-	(5)	-

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

#### Redução por perda do valor recuperável

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída com base prospectiva, mediante análise do risco de crédito e do comportamento histórico da inadimplência. Porém a companhia não possui um histórico significativo de inadimplência. Valores apresentados na provisão para perdas de crédito são referentes a processos administrativos por cancelamentos de notas fiscais em órgãos públicos.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Créditos a vencer	6.337	6.039	33.285	24.836
Créditos vencidos até 60 dias	220	7.252	4.756	9.607
Créditos vencidos de 61 a 180 dias	-	-	5.667	1.628
Créditos vencidos acima de 180 dias	-	-	194	-
Total	6.557	13.291	43.902	36.071

#### 5. ESTOQUE

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Peças e acessórios	1.838	1.782	14.767	14.552
Combustíveis e lubrificantes	-	-	325	344
Almoxarifado e outros	-	-	1.579	1.808
Total	1.838	1.782	16.671	16.704

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$3.158 em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

A movimentação da provisão para realização dos estoques em 31 de março de 2023 é como segue:

	<u>Consolidado</u> <u>31/03/2023</u>
Saldo inicial	(3.158)
(Adição) reversão	-
Saldo final	<u>(3.158)</u>

## 6. PARTES RELACIONADAS

A seguir apresentamos os saldos existentes com partes relacionadas não controladas e não consolidadas:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Ativo circulante:</b>				
Contas a receber de clientes				
Elevações Portuárias S.A. (ii)	3.751	-	-	-
Rumo S.A. (ii)	-	1.266	4.441	12.723
Rumo S.A. (v)	-	-	11.918	-
Total ativo circulante	<u>3.751</u>	<u>1.266</u>	<u>16.359</u>	<u>12.723</u>
<b>Ativo não circulante:</b>				
Contas a receber de clientes				
Consórcio Tegram-Itaqui (iv)	911	1.960	911	1.960
Total ativo não circulante	<u>911</u>	<u>1.960</u>	<u>911</u>	<u>1.960</u>
<b>Passivo circulante:</b>				
Fornecedores				
Rumo S.A. (iii)	-	-	18.140	14.340
Raízen Energia S.A. e controladas (v)	-	-	11.918	-
Total Passivo circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>30.058</u>	<u>14.340</u>
<b>Passivo não circulante:</b>				
Fornecedores				
Rumo S.A. (i)	-	-	133.723	123.693
Total Passivo não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>133.723</u>	<u>123.693</u>

- (i) Os antigos controladores da EPSA terão direito ao recebimento de um valor adicional de acordo com a performance futura do negócio e está condicionado a realização de incorporação societária no prazo de 18 meses. O valor atualizado da contraprestação contingente em 31 de março de 2023 é de R\$133.723 (R\$123.693 em 31 de dezembro de 2022). Este valor corresponde a 20% do valor líquido entre a dívida e o caixa existente na data da liquidação. A Companhia considerou, nos termos do CPC 15 (R1) Combinação de negócios (IFRS 3), como contraprestação contingente pelo seu valor justo na data da aquisição o montante de R\$123.693, reconhecida como parte da combinação de negócios.
- (ii) O saldo de contas a receber, no ativo circulante e não circulante, são rateios de despesas administrativas entre as Companhias com preços e condições determinados entre as partes.

- (iii) O saldo de contas a pagar, no passivo circulante, se referem à rateios corporativos (empresas grupo Rumo) e do centro de serviços compartilhados do grupo Raízen.
- (iv) Trata-se de antecipação de valores para pagamento das despesas do Consorcio.
- (v) Saldo de contas a receber e a pagar no circulante referente a renegociação entre as partes.

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são registradas pelos termos e condições estabelecidos em contrato, que poderiam ser diferentes se fossem negociadas com terceiros. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro.

Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Transações com partes relacionadas

	<u>Controladora</u> <u>31/03/2023</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/03/2023</u>
<u>Receita operacional líquida</u>		
Raízen Energia S.A. e controladas (i)	-	20.763
Rumo S.A. . (iii)	-	7.183
Outros	-	1.066
	<u>-</u>	<u>29.012</u>
<u>Compras de produtos / insumos</u>		
Logisport Armazéns Gerais S.A. (ii)	-	(2.976)
Rumo S.A. . (iii)	-	(719)
Outros	-	(259)
	<u>-</u>	<u>(3.954)</u>
<u>Despesa compartilhada (iv)</u>		
Elevações Portuárias S.A.	(2.487)	-
	<u>(2.487)</u>	<u>-</u>

- (i) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de março de 2023 para a Raízen Energia e a Raízen S.A. se refere à armazenagem e elevação portuária, contratada em condições de mercado. (empresas grupo Rumo)
- (ii) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de de março de 2023 junto à Logisport Armazéns Gerais S.A. se refere à locação de espaço para armazenagem, de acordo com o contrato entre as partes. (empresas grupo Rumo)
- (iii) A prestação de serviço no exercício findo em de março de 2023 junto à Rumo S.A. se refere à locação de armazéns localizados em Itirapina e Jaú, de acordo com o contrato entre as partes. (empresas grupo Rumo)
- (iv) Referem-se à rateios corporativos relacionados principalmente a despesas de pessoal, cobradas da EPSA pela Companhia.

## b) Remuneração da Administração

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Salários e bônus	402	183	402	183
Total	402	183	402	183

Pagamentos baseados em ações

A CLI oferece incentivos de longo prazo para altos executivos responsáveis pela implementação de sua estratégia de longo prazo.

Aprovação do Plano de Pagamentos Baseado em Ações

Em 29 de setembro de 2022 a Companhia aprovou o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Plano”) da Companhia limitado a 5% do número de ações da Companhia. O plano deu direito aos diretores estatutários de adquirir ações de emissão da Companhia. De acordo com este programa, as opções podem ser exercidas pelo valor justo das ações na data da outorga, podendo ser acrescido de correção monetária, com base na variação do IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). O Conselho de Administração será o responsável pela administração do Plano.

O plano tem por objetivo permitir a outorga de opção de compra de ações aos diretores estatutários da Companhia, devidamente discutidos e selecionados previamente pelo Conselho de Administração, com vistas a: (i) atrair, motivar e manter vinculados à Companhia executivos de alta performance e estratégicos para o desenvolvimento do seu objeto social; (ii) alinhar os interesses dos diretores estatutários com os dos acionistas da Companhia, incentivando o comprometimento, o engajamento e o senso de participação no negócio explorado pela Companhia; (iii) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos traçados pela Companhia; e (iv) Oferecer aos diretores estatutários uma possibilidade adicional de compartilhar a performance e o sucesso da Companhia.

A aprovação dos efetivos participantes e do número de opções a serem outorgadas a cada um deles serão determinados pelo Conselho de Administração. O Exercício da Opção de Compra pelo Participante não está sujeito ao atingimento de meta individual do Participante nem de metas globais da Companhia, mas sim pela permanência do vínculo do diretor com a Companhia, sendo que a condição de aquisição (“vesting”) é de 20% por ano sobre a quantidade de opções recebidas na data da outorga; e a condição de exercício pela ocorrência de um Evento de Liquidez.

Os eventos de liquidez que impactam o exercício da opção de ações estão descritos a seguir:

1. consumação de uma oferta pública secundária de ações da Companhia ou alienação, direta ou indireta, de pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) da sua participação acionária dos acionistas atuais;
2. realização de uma transação primária e/ou secundária, pública ou privada, por meio da qual os Acionistas Originais da Companhia reduzam a sua participação em 40% (quarenta por cento) ou mais da sua participação; e
3. alienação, direta ou indireta, pelos Acionistas do controle societário da Companhia desde que haja troca efetiva do controle indireto.

No caso de renúncia ou de desligamento por justa causa do participante, as opções de compra que não tenham sido adquiridas até a data de desligamento, observados os períodos de exercício da opção, serão automaticamente extintas.

Até 31 de março de 2023 foram outorgadas 2.971.824 opções de compra de ações cujo valor justo na data da outorga é de R\$4,22 por opção, sendo que em 31 de março de 2023 não há opções de compra de ações vestidas ou extintas.

A despesa é registrada da data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

O valor justo do pagamento baseado em ações foi preparado com base em uma abordagem de mercado e está baseado em uma transação de compra e venda das ações da Companhia em termos de mercado.

## 7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Pis	409	353	409	353
COFINS	1.770	1.547	1.770	1.547
IRPJ/CSLL	6.069	7.256	19.142	7.525
Outros	108	121	108	2.121
Total	<u>8.356</u>	<u>9.277</u>	<u>21.429</u>	<u>11.546</u>

## 8. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTOS

	2022/2023
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>972</u>
Saldos em 31 de março de 2023	<u>972</u>

O valor da propriedade para investimento, refere-se a um terreno, transferido a valor de custo do ativo imobilizado, e mantido para fins de renda e valorização em 2020. O valor justo da propriedade em 31 de março de 2023 é de R\$994 (R\$994 em 31 de dezembro de 2022).

## 9. INVESTIMENTOS

### a) Composição dos investimentos

Nome da controlada Tipo de investimento % Participação	TOP S.A.	
	Investimento em Coligada 25%	
	31/03/2023	31/12/2022
Total do ativo de controladas	1.899	2.012
Total do passivo de controladas	1.649	1.762
Patrimônio líquido de investidas	250	250
Lucro (prejuízo)	-	-
Valor do investimento	<u>62</u>	<u>62</u>

Nome da controlada	CLI Sul S.A.	
Tipo de investimento	Investimentos em controlada direta	
Número de ações	800.000.500	
Tipo de ações	Ordinárias	
% Participação	100%	
	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Total do ativo de controladas	1.758.145	1.752.514
Total do passivo de controladas	975.402	940.764
Patrimônio líquido de investidas	782.743	811.750
Lucro (prejuízo) de controlada (Eq. Patrimonial)	(29.007)	15.409
Valor do investimento	<u>782.743</u>	<u>815.409</u>

Nome da controlada	EPSA	
Controladora	CLI Sul S.A.	
Tipo de investimento	Investimentos em controlada indireta	
Número de ações	672.397.257	
Tipo de ações	Ordinárias	
% Participação	80%	
	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022(i)</u>
Total do ativo de controladas	2.173.735	2.187.899
Total do passivo de controladas	266.089	284.129
Patrimônio líquido de investidas	1.907.646	1.876.233
Lucro(prejuízo) de controlada no exercício (Eq. Patrimonial)	31.413	43.819
Valor do investimento	<u>1.533.333</u>	<u>1.528.507</u>

(i) O lucro da controlada refere-se ao período após a obtenção do controle em 14 de novembro de 2022.

b) Movimentação dos saldos

	<u>TOP S.A.</u>	<u>CLI SUL</u>	<u>Total de investimentos Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	13	1	14
Aporte de capital	49	800.000	800.049
Equivalência patrimonial	-	15.409	15.409
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>62</u>	<u>815.410</u>	<u>815.472</u>
Equivalência patrimonial	-	(29.007)	(29.007)
Distribuição de dividendos	-	(3.660)	(3.660)
Saldo em 31 de março de 2023	<u>62</u>	<u>782.743</u>	<u>782.805</u>

## 10. DIREITO DE USO

## a) Controladora

	<u>Vida útil em anos</u>	<u>Saldo contábil 31/12/2021</u>	<u>Remensurações</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Saldo contábil 31/12/2022</u>
Concessão - Corredor Logística e Infraestrutura S.A.	15	68.657	8.532	(5.121)	72.068
Total		<u>68.657</u>	<u>8.532</u>	<u>(5.121)</u>	<u>72.068</u>

	<u>Vida útil em anos</u>	<u>Saldo contábil 31/12/2022</u>	<u>Remensurações</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Saldo contábil 31/03/2023</u>
Concessão - Corredor Logística e Infraestrutura S.A	15	72.068	5.767	(1.382)	76.453
Total		<u>72.068</u>	<u>5.767</u>	<u>(1.382)</u>	<u>76.453</u>

## b) Consolidado

	<u>Vida útil em Anos</u>	<u>Saldo contábil 31/12/2021</u>	<u>Saldo oriundo da combinação de negócios</u>	<u>Remensurações</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Saldo contábil 31/12/2022</u>
Concessão - Corredor Logística e Infraestrutura S.A	15	68.657	-	8.532	(5.121)	72.068
Concessão - Elevações Portuárias S.A.	14	-	84.771	-	(530)	84.241
Total		<u>68.657</u>	<u>84.771</u>	<u>8.532</u>	<u>(5.651)</u>	<u>156.309</u>

	<u>Vida útil em anos</u>	<u>Saldo contábil 31/12/2022</u>	<u>Remensurações</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Saldo contábil 31/03/2023</u>
Concessão - Corredor Logística e Infraestrutura S.A	15	72.068	5.767	(1.382)	76.453
Concessão - Elevações Portuárias S.A.	14	84.241	5.830	(1.663)	88.408
Total		<u>156.309</u>	<u>11.597</u>	<u>(3.045)</u>	<u>164.861</u>

## 11. IMOBILIZADO

Controladora

	<u>Controladora</u>			
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Móveis e utensílios	308	(74)	234	240
Computadores e periféricos	1.307	(917)	390	384
Máquinas e equipamentos	1.497	(199)	1.298	801
Instalações	401	(48)	353	110
Total	<u>3.513</u>	<u>(1.238)</u>	<u>2.275</u>	<u>1.535</u>

	Terrenos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máq. e Equipamentos	Instalações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	242	436	485	44	1.207
Aquisições	-	17	51	399	85	552
Depreciação no exercício	-	(19)	(103)	(83)	(19)	(224)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	240	384	801	110	1.535
	Terrenos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máq. e Equipamentos	Instalações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	240	384	801	110	1.535
Aquisições	-	-	30	534	271	835
Depreciação	-	(6)	(24)	(37)	(28)	(95)
Saldo em 31 de março de 2023	-	234	390	1.298	353	2.275

**Consolidado**

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Obras em andamento	Máquinas, equipamentos e instalações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	242	436	-	529	1.207
Adições	-	17	52	2.313	484	2.866
Saldos oriundos de combinação de negócio	20.675	896	-	24.713	17.650	63.934
Depreciação no exercício	(2.077)	(47)	(103)	-	(618)	(2.845)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	18.598	1.108	385	27.026	18.045	65.162
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Obras em andamento	Máquinas, equipamentos e instalações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	18.598	1.108	384	27.026	18.045	65.162
Adições	-	-	30	8.748	271	9.049
Depreciação	(303)	(90)	(24)	(37)	(1.782)	(2.236)
Transferências	806	-	-	(2.462)	1.656	-
Saldo em 31 de março de 2023	19.101	1.018	390	33.275	18.190	71.975

Em 31 de março de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 não há bens dados em garantia.

Em 31 de março de 2023 a Administração da Companhia avaliou cada segmento de negócio e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados.

As vidas úteis estimadas das aquisições de itens novos (bens não reversíveis) para o exercício corrente é a seguinte:

	Vida útil – 2022 e 2023
Móveis e utensílios	10 – 15 anos
Computadores e periféricos	1 - 5 anos
Edifícios e benfeitorias	20 – 25 anos
Máquinas e equipamentos	10 - 15 anos
Instalações	30 anos



## 12. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Licença de operação	-	-	153.472	156.432
Direito de uso de outorga	19.504	19.832	19.504	19.832
Bens de concessão	223.108	225.558	731.102	743.637
Mais Valia - Contrato de Concessão	456.959	464.977	1.454.663	1.486.234
	<u>699.571</u>	<u>710.367</u>	<u>2.358.741</u>	<u>2.406.135</u>

## a) Controladora

	Direitos de Uso		Bens de concessão	Total
	Outorga	Mais Valia		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>21.155</u>	<u>497.044</u>	<u>232.132</u>	<u>750.331</u>
Adições	-	-	1.573	1.573
Amortização no exercício	(1.323)	(32.067)	(9.159)	(42.549)
Obras em Andamento	-	-	1.012	1.012
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>19.832</u>	<u>464.977</u>	<u>225.558</u>	<u>710.367</u>
	Direitos de Uso		Bens de concessão	Total
	Outorga	Mais Valia		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>19.832</u>	<u>464.977</u>	<u>225.558</u>	<u>710.367</u>
Adições	-	-	6	6
Amortização	(328)	(8.018)	(2.726)	(11.072)
Obras em Andamento	-	-	270	270
Saldo em 31 de março de 2023	<u>19.504</u>	<u>456.959</u>	<u>223.108</u>	<u>699.571</u>

## b) Consolidado

	Licença de operação	Direitos de Uso Outorga	Mais Valia	Bens de concessão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	<u>21.155</u>	<u>497.045</u>	<u>232.131</u>	<u>750.331</u>
Saldos oriundos de combinação de negócio - Aquisição EPSA	157.415	-	1.027.172	519.712	1.704.299
Adições	-	-	-	1.573	1.573
Amortização	(983)	(1.323)	(37.983)	(10.791)	(51.080)
Obras em andamento	-	-	-	1.012	1.012
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>156.432</u>	<u>19.832</u>	<u>1.486.234</u>	<u>743.637</u>	<u>2.406.135</u>

	<u>Licença de operação</u>	<u>Direitos de Uso Outorga</u>	<u>Mais Valia</u>	<u>Bens de concessão</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>156.432</u>	<u>19.832</u>	<u>1.486.234</u>	<u>743.637</u>	<u>2.406.135</u>
Adições	-	-	-	6	6
Amortização	(2.960)	(328)	(31.571)	(12.811)	(47.670)
Obras em andamento	-	-	-	270	270
Saldo em 31 de março de 2023	<u>153.472</u>	<u>19.504</u>	<u>1.454.663</u>	<u>731.102</u>	<u>2.358.741</u>

Direito de uso outorga

Refere-se ao lance inicial do contrato de concessão da Companhia no Tegram-Itaqui.

Mais ValiaControladora:

- Refere-se a ativo Intangível relacionado a mais valia do Contratos de Concessão, identificado em combinações de negócio quando da aquisição da Companhia pela Nova CLI, tal montante será amortizado em 198 parcelas até 2037 (em 31 de março de 2023 196 parcelas remanescentes) de acordo com a vida útil do contrato de concessão detidos pela CLI.

Consolidado:

- Refere-se a ativo Intangível relacionado a mais valia do Contratos de Concessão, identificado em combinações de negócio quando da aquisição da Companhia pela CLI SUL, tal montante será amortizado em 159 parcelas até 2036 (em 31 de março de 2023 156 parcelas remanescentes) de acordo com a vida útil do contrato de concessão detidos pela EPSA.
- Os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos.

<u>Ativo intangível (exceto ágio)</u>	Taxa anual de Amortização - % (Consolidado)
Licença de operação (CLI S.A. - Tegram)	4,38%
Licença de operação (EPSA)	3,70%

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

Em 31 de março de 2023 a Administração da Companhia avaliou cada segmento de negócio e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

## 13. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

## 13.1. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	2.983	4.547	13.400	22.411
Outros	303	-	1.335	2.121
Total fornecedores	<u>3.286</u>	<u>4.547</u>	<u>14.735</u>	<u>24.532</u>

## 13.2. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Assunção de dívida (a)	17.968	22.063	17.968	22.063
Provisão de demurrage	-	-	27.543	27.364
Provisão de estadia	-	-	2.582	2.497
Adiantamento de clientes	-	-	13.955	3.615
Outros valores a pagar	4.005	3.062	5.216	7.234
Total Outras contas a pagar	<u>21.973</u>	<u>25.125</u>	<u>67.264</u>	<u>62.773</u>
Circulante	7.397	11.299	52.688	48.947
Não circulante	14.576	13.826	14.576	13.826

## (a) Assunção de dívidas

Em 23 de Dezembro de 2020 a Companhia teve seu controle societário alterado, deixando de fazer parte do Grupo Cantagalo e passando a ser uma das investidas de veículos geridos pela IG4 Capital. Conforme contrato entre as partes a Corredor Logística e Infraestrutura assumiu em 2020 dívidas de sua antiga Controladora após a conclusão da operação. O pagamento da dívida é dividido em 5 anos conforme descrito no instrumento de assunção de dívidas: (a) 4 janelas no ano de 2021 sendo nos meses de março e maio, julho e setembro; (b) 4 janelas no ano de 2022 sendo nos meses de março e maio, julho e setembro; (c) 4 janelas no ano de 2023 sendo nos meses de março e maio, julho e setembro; (d) 4 janelas no ano de 2024 sendo nos meses de março e maio, julho e setembro; (e) 3 janelas no ano de 2025 sendo nos meses de março, maio e julho.

## 14. PASSIVO DE ARRENDAMENTOS

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia, à época da transação, a taxa obtida foi de 12% a.a. para controladora e para sua controlada foi de 14,20% a.a. A movimentação de saldos de arrendamento a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	81.820	81.820
Saldos oriundos de combinação de negócio - Aquisição EPSA	-	104.666
Apropriação de juros	10.336	11.500
Pagamento	(11.250)	(12.658)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Remensurações	8.532	8.532
Saldo em 31 de dezembro de 2022	89.438	193.860
Apropriação de juros	2.713	6.320
Pagamento de principal	(507)	(1.268)
Pagamento de juros	(2.713)	(6.320)
Remensuração	5.767	11.597
Saldo em 31 de março de 2023	<u>94.698</u>	<u>204.189</u>
Circulante	12.149	28.711
Não circulante	<u>82.549</u>	<u>175.478</u>
	<u>94.698</u>	<u>204.189</u>

A seguir é demonstrado o fluxo de pagamento por vencimento para os passivos de arrendamento:

Maturidade dos contratos		
<u>Vencimento das prestações</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2023	8.284	21.622
2024	13.479	31.263
2025	13.796	31.580
2026 até o término do contrato	<u>154.832</u>	<u>337.120</u>
Valor não descontado	190.391	421.585
Juros embutido	<u>(95.693)</u>	<u>(217.396)</u>
Saldo em 31 de março de 2023	<u>94.698</u>	<u>204.189</u>

Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS / COFINS apresentados no quadro a seguir:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2023</u>	
<u>Fluxo de caixa</u>	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a valor presente</u>
Contraprestação do arrendamento	421.585	204.189
PIS/Cofins potencial (9,25%)	38.996	18.888

Outras divulgações:

- Para atender à orientação das áreas técnicas da CVM, previstas no Ofício-Circular CVM SNC/SEP 02/2019, a Companhia apresenta, na sequência, os impactos na mensuração e remensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, ao considerar em sua estimativa a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, considerando a inflação média de 6,69% a.a. (B3) para Controladora e suas subsidiárias no Brasil.

	Controladora		Consolidado
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023
Passivo de arrendamento			
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	94.698	89.439	204.188
Fluxo com projeção de inflação	101.038	92.095	217.859
Variação	6.340	2.656	13.671
Direito de uso			
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	76.453	72.068	164.861
Fluxo com projeção de inflação	81.572	74.208	175.899
Variação	5.119	2.140	11.038
Despesa financeira			
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	2.713	10.336	6.320
Fluxo com projeção de inflação	2.895	10.643	6.743
Variação	182	307	423
Despesa de depreciação			
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	1.382	5.121	3.045
Fluxo com projeção de inflação	1.475	5.273	3.249
Variação	93	152	204

## 15. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Salários e encargos	5.520	4.639	17.555	23.710
Obrigações trabalhistas	5.520	4.639	17.555	23.710
IRPJ/CSLL	-	-	-	42.446
ICMS	2	-	1.942	2.042
COFINS	-	-	629	82
PIS	-	-	104	13
INSS	7	7	311	1.641
IR	587	256	2.161	1.014
ISS	993	727	3.458	2.417
Outros impostos a recolher	75	86	1.760	1.004
Obrigações tributárias	1.664	1.076	10.365	50.659
Total	7.184	5.715	27.920	74.369

## 16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

## a) Conciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre a alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social e a alíquota efetiva A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social em resultado é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u> <u>31/03/2023</u>	<u>Controladora</u> <u>31/03/2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/03/2023</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(87.904)	16.216	(73.755)
Alíquota Nominal	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à taxa nominal combinada (34%)	<u>29.887</u>	<u>(5.513)</u>	<u>25.077</u>
Equivalência patrimonial	(9.862)	-	-
PAT - Programa de alimentação do trabalhador	-	-	46
Amortização mais valia	(2.726)	(2.726)	(2.726)
Outras diferenças permanentes, líquidas	-	8.597	343
Crédito de imposto - não constituído (1)	<u>(17.002)</u>	<u>-</u>	<u>(30.309)</u>
Resultado de imposto de renda e contribuição social	<u>297</u>	<u>358</u>	<u>(7.569)</u>
IRPJ/CSLL Corrente	-		(15.916)
IRPJ/CSLL Diferido	<u>297</u>	<u>358</u>	<u>8.347</u>
Total	<u><u>297</u></u>	<u><u>358</u></u>	<u><u>(7.569)</u></u>

- (1) Na controladora, dada a ausência de expectativa de lucratividade futura e, portanto, ausência de recuperabilidade de seus saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, não há aplicação do diferido sobre seus saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa acumulados (montante acumulado em 31 de março de 2023 - R\$80.343, 2022 - R\$26.116). No consolidado, soma-se a este o saldo de R\$25.743 advindo de sua controlada integral CLI Sul S.A., sendo, portanto, o montante total consolidado em 31 de março de 2023 R\$106.086 (2022 – R\$52.713).

A CLI, a partir de janeiro de 2016, por meio de benefício tributário outorgado pela SUDENE, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, com base na Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002, passou a ter o benefício da redução de 75% da base de cálculo do Imposto de Renda das atividades relacionadas a prestação de serviços portuários. Tal benefício tem duração até 2025.

Entretanto, a sociedade apurou prejuízo nos cálculos de lucro da exploração dos anos-calendário de 2021 e 2022, de forma que não houve incentivo a aproveitar ao final desses períodos.

## b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das intermediárias individuais e consolidadas. As alíquotas desses impostos definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos correspondem a 25% (vinte e cinco por cento) para o imposto de renda e de 9% (nove por cento) para a contribuição social.

	<u>Controladora</u> <u>31/03/2023</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/03/2023</u>	<u>Controladora</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
Diferenças temporárias:				
Provisão para demandas judiciais	-	130	-	1.118
Provisão para participação nos resultados	343	1.163	343	4.045
Demais provisões (demurrage, estadia, riscos e outras)	-	18.744	-	19.751
Passivo de arrendamento	6.203	13.371	5.906	12.767
Amortização de "Mais Valia" (oriunda aquisição EPSA)	-	8.008	-	-
Outros	408	15.020	408	8.368
Tributos diferidos - Ativos	<u>6.954</u>	<u>56.616</u>	<u>6.657</u>	<u>46.049</u>
Diferenças temporárias:				
Ágio fiscal amortizado	-	(24.098)	-	(22.769)
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	-	(1.231)	-	(1.308)
Ganho Compra Vantajosa	-	(3.580)	-	(3.580)
Outros	(223)	(1.1191)	(223)	(223)
Tributos diferidos - Passivos	<u>(223)</u>	<u>(30.100)</u>	<u>-223</u>	<u>(27.880)</u>
Ativo fiscal diferido	<u>6.731</u>	<u>26.516</u>	<u>6.434</u>	<u>21.749</u>
Passivo fiscal diferido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.580)</u>

## 17. DEBÊNTURES

	Taxa de juros (%)	Controladora		Consolidado	
		<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
	CDI +				
	3,50%/CDI +				
Debênture (a) e (b)/(ii) e (iii)	3,20% a.a	446.797	429.025	1.296.898	1.245.905
Custos de transação		(9.123)	(9.388)	(21.400)	(22.023)
Total		<u>437.674</u>	<u>419.637</u>	<u>1.275.498</u>	<u>1.223.882</u>
Circulante		29.934	12.162	86.605	35.612
Não circulante		<u>407.740</u>	<u>407.475</u>	<u>1.188.893</u>	<u>1.188.270</u>

A movimentação das debêntures, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo Inicial	419.637	589.232	1.223.882	589.232
Captação	-	420.000	-	1.220.000
Custos apropriados	265	(9.619)	623	(22.254)
Juros Incorridos	17.772	59.615	50.993	76.495
Variação monetária e cambial	-	(10.977)	-	(10.977)
(-) Amortização da dívida (i)	-	(570.194)	-	(570.194)
(-) Juros Pagos	-	(58.420)	-	(58.420)
Saldo Final	<u>437.674</u>	<u>419.637</u>	<u>1.275.498</u>	<u>1.223.882</u>

Os vencimentos dos financiamentos registrados no passivo em 31 de março de 2023, controladora e consolidado, são como segue:

Ano	Controladora 31/03/2023	Consolidado 31/03/2023
2023	29.934	86.605
2024	3.193	9.837
2025	19.992	58.636
2026	26.292	72.936
2027	43.092	145.736
2028 a 2031	315.171	901.748
Saldo Final	437.674	1.275.498

(a) Emissão debêntures

- (i) A primeira emissão de debêntures da CLI foi realizada em março/2021 com o objetivo de liquidação da dívida junto ao BNB (FNE) Trata-se de uma debênture simples no valor total de R\$50 milhões de emissão, com 5 anos de prazo total, onde a remuneração é atrelada à taxa CDI+juros, e os pagamentos são trimestrais. As garantias são os recebíveis do contrato de determinados Clientes. A primeira emissão foi totalmente liquidada em 14 de novembro de 2022.
- (ii) Em outubro de 2022, a Companhia realizou sua 2ª emissão de debêntures, no valor total de R\$420.000 (quatrocentos e vinte milhões de reais), totalmente subscritas em outubro de 2022. A emissão teve como finalidade o pagamento integral, incluindo principal, juros e demais encargos relacionados a 1º (primeira) emissão de debêntures simples da Companhia, pagamento de dívidas bancárias e integralização de aumento de capital para pagamento de parte do preço relativo à aquisição de 80% (oitenta por cento) do capital social da Elevações Portuárias S.A. Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, constituída por 420 mil (quatrocentos e vinte mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000 (mil reais). As debêntures serão amortizadas em 9 (nove) parcelas anuais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, sendo a primeira parcela devida em 10 de outubro de 2023 e a última em 10 de outubro de 2031.
- (iii) Em outubro de 2022, a CLI Sul S.A. realizou sua 1ª emissão de debêntures, no valor total de R\$800.000 (oitocentos milhões de reais), totalmente subscritas em outubro de 2022. A emissão teve como finalidade o pagamento do preço relativo à aquisição de 80% (oitenta por cento) do capital de Elevações Portuárias S.A. Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, constituída por 800 mil (oitocentas mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000 (mil reais). As debêntures serão amortizadas em 9 (nove) parcelas anuais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, sendo a primeira parcela devida em 10 de outubro de 2023 e a última em 10 de outubro de 2031.



No âmbito da 2ª emissão de debêntures da Companhia (“Emissora”), as ações que venham a ser de titularidade da CLI Sul S.A., controlada da Companhia, na Elevações Portuárias S.A. equivalentes a 52% do capital social foram dadas em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Emissora nesta Emissão, incluindo, mas não se limitando às obrigações relativas ao integral e pontual pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, da Remuneração, dos Encargos Moratórios, bem como dos demais encargos relativos à Escritura de Emissão e aos Contratos de Garantia, seja nas respectivas datas de pagamento, na Data de Vencimento, ou em virtude do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, de quaisquer outras obrigações de pagar assumidas pela Emissora, na Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, incluindo, mas não se limitando a, os honorários do Agente de Liquidação, do Escriturador, da B3 e do Agente Fiduciário, e ao ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário venha a desembolsar no âmbito da Emissão, bem como todos e quaisquer custos, despesas judiciais e/ou extrajudiciais e honorários advocatícios comprovada e diretamente incorridos na proteção dos interesses dos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão.

No âmbito da 1ª emissão de debêntures da CLI Sul S.A. (“Emissora”), as ações que venham a ser de titularidade da Emissora na Elevações Portuárias S.A. equivalentes a 52% do capital social foram dadas em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas.

(b) Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”)

Os covenants associados a emissão de debêntures da Companhia e sua controlada CLI Sul estabelecem a manutenção de determinados indicadores financeiros dentro de parâmetros preestabelecidos, bem como indicadores não financeiros conforme cada contrato. Para o período findo em 31 de março de 2023, a Administração da Companhia fez o acompanhamento das cláusulas de obrigações especiais contidas no contrato de debêntures e entende que não realizou nenhuma ação que descumprisse estas, portanto a Companhia está adimplente em relação às cláusulas restritivas na data dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

## 18. PROVISÃO PARA RISCOS

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Em 31 de março de 2023, a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

	Provisão para demandas judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Tributárias	-	-	2.254	1.965
Cíveis, regulatórias e ambientais	-	-	6.838	9.549
Trabalhistas	-	-	33.166	33.151
	-	-	42.258	44.665

	Depósitos judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Tributárias	-	-	287	-
Cíveis, regulatórias e ambientais	-	-	3.928	207
Trabalhistas	-	-	554	168
	-	-	4.769	375

Movimentação das provisões para demandas judiciais consolidadas:

	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-
Saldos oriundos de combinação de negócio	1.965	6.474	32.732	41.171
Adição de provisão	-	3.075	419	3.494
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.965	9.549	33.151	44.665
Adição de provisão	289	289	722	1.300
Reversão de provisão	-	-	(459)	(459)
Pagamento (i)	-	(3.000)	(248)	(3.248)
Saldo em 31 de março de 2023	2.254	6.838	33.166	42.258

(i) Desfecho de processos oriundos de combinação de negócios com reembolso de ativo indenizatório.

#### Perdas possíveis

Os processos com classificação de risco possível, com base na avaliação da Administração e seus consultores jurídicos, que não foram incluídos no passivo assumido da combinação de negócio, na Controladora, em 31 de março de 2023 são no montante de R\$7.451 (31 de dezembro de 2022 – R\$0) e R\$7.454 no Consolidado (31 de dezembro de 2022 – R\$0).

## 19. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS

As ações preferenciais resgatáveis em 31 de março de 2023 é de R\$535.045 (R\$505.782 em 31 de dezembro de 2022).

Estas ações preferenciais emitidas têm as seguintes características:

- Prioridade no recebimento de Dividendos: As Ações Preferenciais garantirão aos seus titulares a prioridade no recebimento de dividendos fixos e cumulativos anuais, calculados com base na variação positiva do índice de Preços ao Consumidor — Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou índice de inflação que o substituir ("IPCA"), acrescido de um spread de 10%(dez por cento) ao ano, incidentes sobre o valor nominal das Ações Preferenciais, sem direito a participar das distribuições do lucro remanescente da Companhia ("Dividendos Prioritários");
- Prioridade no reembolso de capital: as Ações Preferenciais terão prioridade no reembolso de capital, seja decorrente de amortização das ações ou da liquidação da Companhia, sobre as Ações Ordinárias e quaisquer outras ações ou títulos com direito a voto emitidos pela Companhia;
- Direito a Voto: As Ações Preferenciais terão direito a voto restrito;
- Resgate: As Ações Preferenciais poderão ser resgatadas, a critério exclusivo da Companhia, após 14 de novembro de 2031, por um preço por ação igual ao valor nominal das Ações Preferenciais acrescido de quaisquer Dividendos Prioritários não pagos.
- Conversão em Ações Ordinárias: As ações preferenciais serão conversíveis em Ações Ordinárias após 14 de novembro de 2032, a critério dos titulares das Ações Preferenciais, observada a relação de troca obtida pela divisão (i) do valor nominal das Ações Preferenciais acrescido de quaisquer Dividendos Prioritários não pagos (calculados na forma da alínea anterior); (ii) pelo valor justo de mercado por Ação Ordinária da Companhia (que, para fins de tal cálculo, será atribuído exclusivamente às Ações Ordinárias)
- Exclusão de Direito de Preferência: As Ações Preferenciais não terão direito de preferência para participar de aumentos de capital da Companhia decorrentes da capitalização de lucros ou reservas.
- As ações preferenciais resgatáveis não constituem dívida para fins de cálculo de covenants financeiros.

## 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 20.1 Capital Social subscrito

Em 14 de novembro de 2022 a Companhia teve seu controle societário alterado, o Fundo Brasil Terminais Logísticos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia passou a integrar o seu quadro societário.

Na mesma data os seguintes atos societários foram aprovados pela Companhia:

- i) Aumento do capital social em R\$1 (um real), mediante a emissão de 123.826.009 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$4,49322295 cada, totalizando um preço de emissão total pelas ações ordinárias de R\$556.378 destinados à conta de reserva de capital, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas nesta data.

- ii) Aumento de capital social da Companhia em R\$505.782, passando de R\$210.822 para R\$716.604, mediante a emissão de 11.239.603 ações preferenciais, nominativas, com valor nominal de R\$45,00 cada, totalizando o montante de R\$505.782, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas nesta data. Considerando a condição de resgate, as ações preferenciais foram classificadas como passivo financeiro (nota 19), sendo reclassificadas subsequentemente como capital social caso o detentor da ação utilize seu direito de conversão em ações ordinárias

As 69.259.983 ações de emissão da CLI anteriormente detidas pela Nova CLI no seu capital social foram atribuídas aos Fundos, na proporção de suas participações no capital social.

	31/03/2023				31/12/2022			
	Quantidade de ações e respectivo percentual (em unidades)							
	ON	%	PN	%	ON	%	PN	%
PE SOPP Fundo de Investimentos em Participações II Multiestratégia no Exterior	85.061.464	34,35%	-	0%	85.061.464	34,35%	-	0%
SOPP INFRA I Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	38.764.545	15,65%	-	0%	38.764.545	15,65%	-	0%
Fundo de Investimento Brasil Terminais Logísticos Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	<u>123.826.009</u>	<u>50%</u>	<u>11.239.603</u>	<u>100%</u>	<u>123.826.009</u>	<u>50%</u>	<u>11.239.603</u>	<u>100%</u>
	<u>247.652.018</u>	<u>100%</u>	<u>11.239.603</u>	<u>100%</u>	<u>247.652.018</u>	<u>100%</u>	<u>11.239.603</u>	<u>100%</u>

O capital social da Companhia em 31 de março de 2023 está dividido em (a) 247.652.018 ações ordinárias sem valor nominal ('ON') e; (b) 11.239.603 ações preferenciais, nominativas, com valor nominal de R\$45,00 cada.

## 20.2 Reserva de Lucros

### 20.2.1 Reserva de retenção de lucros

Os lucros remanescentes após as destinações estatutárias (reserva legal, reserva de incentivos fiscais e dividendos) são apresentados nesta reserva, tais valores terão sua destinação deliberada em Assembleia Geral.

### 20.2.2 Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

### 20.2.3 Reserva de incentivos fiscais

É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais em conformidade a Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, e deve ser reconstituída no primeiro lucro subsequente ou aumento de capital.

## 21. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido ou (prejuízo) do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no período.

	Controladora	
	31/03/2023	31/03/2022
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(87.607)	16.574
Média ponderada de ações para fins de cálculo de lucro básico por ação (milhares)	247.652	123.826
Efeito das ações ordinárias potenciais dilutivas – Plano de opções de ações (milhares) (*)	2.972	-
Resultado básico por ação – R\$	(0,35)	0,13
Resultado diluído por ação – R\$	(0,35)	0,13

(\*) Efeito antidilutivo que não afeta a apuração.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o prejuízo e a quantidade de ações ordinárias em circulação levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações tais como planos de opção de ações como os divulgados na nota explicativa nº 6 e 19).

## 22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Categoria/ Mensuração	Nível	Consolidado	
			31/03/2023	
Ativos financeiros			Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	(b)	-	548.297	548.297
Contas a receber	(b)	-	43.897	43.897
Partes relacionadas	(b)	-	17.270	17.270
Total			<u>609.464</u>	<u>609.464</u>
Passivos				
Debêntures	(b)	-	1.275.498	1.379.398
Fornecedores	(b)	-	14.735	14.735
Passivo de arrendamento	(b)	-	204.189	204.189
Partes relacionadas	(a)	Nível 2	133.723	133.723
Ações preferenciais	(a)	Nível 2	535.045	535.045
Total			<u>2.163.190</u>	<u>2.267.090</u>

Categoria/Mensuração

(a) Valor justo contra o resultado

(b) Mensurado ao custo amortizado

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são: Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de volatilidade no preço das ações, risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, empréstimos e financiamentos, ações preferenciais, partes relacionadas, outros ativos circulantes e contas a pagar. Abaixo é apresentado a natureza e extensão dos riscos:

#### 22.1 Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

#### 22.2 Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

#### 22.3 Risco de mercado

##### a) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, bem como o passivo junto ao poder concedente.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A Administração se baseou nas taxas divulgadas pela B3 para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros. Como estimativa de cenário mais provável, a Administração considerou as taxas das operações de dívidas referenciadas no CDI e os índices acumulados dos últimos 12 meses para as obrigações baseadas no IPCA e IGP-M. Estimou-se valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os cenários II e III para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

Controladora			31/03/2023			
Operação	Risco	Taxa	Valor contábil (Exposição)	Cenário Provável I	Cenário Provável II	Cenário Provável III
Ativos financeiros			134.545	18.365	22.956	27.549
Aplicações financeiras	CDI	13,65%	121.899	16.639	20.799	24.959
Contas a receber	CDI	13,65%	6.557	895	1.119	1.343
Partes relacionadas	CDI	13,65%	4.662	636	795	955
Outros créditos	CDI	13,65%	1.427	195	243	292
Passivos financeiros			557.631	67.594	84.492	101.391
Fornecedores	CDI	13,65%	3.286	449	561	673
Passivos com arrendamentos	IPCA	4,65%	94.698	4.403	5.504	6.605
Debêntures	CDI	13,65%	437.674	59.743	74.678	89.614
Outras contas a pagar	CDI	13,65%	21.973	2.999	3.749	4.499
Dívida Líquida			<u>(423.086)</u>	<u>(49.229)</u>	<u>(61.536)</u>	<u>(73.842)</u>
Consolidado			31/03/2023			
Operação	Risco	Taxa	Valor contábil (Exposição)	Cenário Provável I	Cenário Provável II	Cenário Provável III
Ativos financeiros			589.534	80.472	100.589	120.707
Aplicações financeiras	CDI	13,65%	522.247	71.287	89.108	106.930
Contas a receber	CDI	13,65%	43.897	5.992	7.490	8.988
Partes relacionadas	CDI	13,65%	17.270	2.357	2.947	3.536
Outros créditosPo	CDI	13,65%	6.120	835	1.044	1.253
Passivos financeiros			2.260.512	242.030	290.667	348.801
Fornecedores	CDI	13,65%	14.735	2.011	2.514	3.018
Partes relacionadas	CDI	13,65%	163.781	22.356	27.945	33.534
Passivos com arrendamentos	IPCA	4,65%	204.189	9.495	-	-
Ações preferenciais resgatáveis	IPCA	4,65%	535.045	24.880	31.099	37.319
Debêntures	CDI	13,65%	1.275.498	174.106	217.632	261.158
Outras contas a pagar	CDI	13,65%	67.264	9.182	11.477	13.772
Dívida Líquida			<u>(1.670.978)</u>	<u>(161.559)</u>	<u>(190.078)</u>	<u>(228.094)</u>

## b) Risco de Liquidez

A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Controladora	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos	Total de fluxo de caixa contratual esperado	Juros a Incorrer	Valor Contábil em 31/03/2023
Passivos financeiros	89.403	101.675	910.200	1.101.278	543.647	557.631
Contas a pagar	3.286	-	-	3.286	-	3.286
Passivos com arrendamentos	12.976	13.582	163.833	190.391	95.693	94.698
Debêntures	65.744	73.517	746.367	885.628	447.954	437.674
Outras contas a pagar	7.397	14.576	-	21.973	-	21.973

Consolidado	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos	Total de fluxo de caixa Contratual esperado	Juros a Incorrer	Valor Contábil em 31/03/2023
Passivos financeiros	250.657	287.355	2.734.668	3.272.680	1.012.168	2.260.512
Contas a pagar	14.735	-	-	14.735	-	14.735
Partes relacionadas	30.058	133.723	-	163.781	-	163.781
Passivos com arrendamentos	30.761	31.366	359.458	421.585	217.396	204.189
Ações preferenciais resgatáveis	-	-	535.045	535.045	-	535.045
Debêntures	122.415	107.690	1.840.165	2.070.270	794.772	1.275.498
Outras contas a pagar	52.688	14.576	-	67.264	-	67.264

c) Risco com taxa de câmbio

Em 31 de março de 2023, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à efeitos de tradução. Os ativos e passivos com exposição a flutuação das taxas de câmbio registrados no balanço patrimonial são demonstrados no quadro a seguir:

	Controladora 31/03/2023	Consolidado 31/03/2023
Ativo		
Caixas e equivalentes de caixa	7.808	16.330
Clientes estrangeiros	4.719	12.456
Total	12.527	28.786

A seguir estão demonstradas as perdas que teriam sido reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de março de 2023 de acordo com os seguintes cenários:

	Controladora			
	5,0804	5,1562	3,8672	2,5781
	Exposição real	Cenário provável	Cenário I Depreciação - 25%	Cenário I Depreciação - 50%
Ativos em dólar				



Caixas e equivalentes de caixa	1.537	117	(1.865)	(3.846)
Cientes estrangeiros	929	70	(1.127)	(2.324)
	<u>2.466</u>	<u>187</u>	<u>(2.992)</u>	<u>(6.170)</u>
<b>Consolidado</b>				
	<u>5,0804</u>	<u>5,1562</u>	<u>3,8672</u>	<u>2,5781</u>
<b>Ativos em dólar</b>	<b>Exposição real</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário I Depreciação - 25%</b>	<b>Cenário I Depreciação - 50%</b>
Caixas e equivalentes de caixa	3.214	244	(3.900)	(8.083)
Cientes estrangeiros	2.452	186	(2.975)	(6.135)
	<u>5.666</u>	<u>430</u>	<u>(6.875)</u>	<u>(14.178)</u>

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano para 90 dias, conforme cotações obtidas na B3 em 31 de março de 2023 e alinhada aos primeiros vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio, R\$5,1562/ US\$1,00.

Os cenários I e II consideram uma queda do dólar norte-americano de 25% (R\$3,8671 / US\$1,00) e de 50% (R\$2,5781/ US\$1,00), respectivamente. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações (CPC 40).

### 23. RECEITA OPERACIONAL

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Mercado Interno	6.092	2.136	69.068	-
Mercado Externo	23.183	15.842	90.457	-
Total de receita bruta	<u>29.275</u>	<u>17.978</u>	<u>159.525</u>	<u>-</u>
Impostos sobre vendas	(2.027)	(1.647)	(11.450)	-
Total de receita líquida	<u>27.248</u>	<u>16.331</u>	<u>148.075</u>	<u>-</u>

## 24. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023
<u>Custos dos produtos vendidos</u>			
Matérias-primas e produtos	(287)	(143)	(287)
Despesa com Pessoal	(1.750)	(1.657)	(1.750)
Custos portuários	(3.166)	(1.050)	(49.755)
Despesa com Prestação de Serviços	(1.738)	(1.394)	(1.738)
Arrendamentos	440	(28)	440
Amortização/Depreciação	(12.454)	(11.973)	(29.304)
Total	<u>(18.955)</u>	<u>(16.245)</u>	<u>(82.394)</u>

	Controladora		Consolidado
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023
<u>Despesas gerais e administrativas</u>			
Despesa com Pessoal	(1.897)	(2.364)	(1.897)
Outros Custos	(165)	(273)	(165)
Despesa com Prestação de Serviços	(17.321)	(2.052)	(21.545)
Taxas e Impostos	(33)	(68)	(58)
Depreciação	(95)	(134)	(95)
Total	<u>(19.511)</u>	<u>(4.891)</u>	<u>(23.760)</u>

## 25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023
Outras receitas operacionais			
Crédito de PIS/COFINS	75	66	75
Outras receitas operacionais	185	44	298
Subtotal de Outras receitas operacionais	<u>260</u>	<u>110</u>	<u>373</u>
Outras despesas operacionais			
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	-	146	-
Amortização da mais valia	-	-	(23.552)
Efeito de atualização de passivo a pagar em combinação de negócios	-	-	(10.030)
Outras despesas operacionais	(1.250)	(35)	(5.043)
Subtotal de Outras despesas operacionais	<u>(1.250)</u>	<u>111</u>	<u>(38.625)</u>
Total Outras receitas (despesas) operacionais	<u>(990)</u>	<u>221</u>	<u>(38.252)</u>

## 26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023
Receitas Financeiras			
Receita s/aplicação financeira	3.932	107	17.854
Descontos obtidos	-	1	-
Total das Receitas Financeiras	<u>3.932</u>	<u>108</u>	<u>17.854</u>
Juros sobre empréstimos obtidos	(17.772)	(12.698)	(50.993)
Juros apropriados de passivo de arrendamento	(2.713)	(2.589)	(6.320)
Juros sobre tributos	-	-	(4.974)
Encargos financeiros sobre ações preferenciais	(29.263)	-	(29.263)
Outras despesas financeiras	(647)	(303)	(2.902)
Total das Despesas Financeiras	<u>(50.395)</u>	<u>(15.590)</u>	<u>(94.452)</u>
Subtotal Receitas (Despesas) Financeiras	<u>(46.463)</u>	<u>(15.482)</u>	<u>(76.598)</u>
Variação Cambial Líquida	(226)	36.282	(826)
Total Resultado Financeiro	<u>(46.689)</u>	<u>20.800</u>	<u>(77.424)</u>

## 27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

A atividade de negócio da Companhia consiste em soluções logísticas integradas para movimentação e elevação portuária, bem como operação gestão logística e de armazenamento de grãos, que são divididas em duas concessões público-privadas distintas, o Terminal de Grãos do Maranhão ("Consortio Tegram-Itaqui - TEGRAM") e a concessão de serviços de terminais portuários no Porto de Santos (EPSA).

As operações da Companhia estão separadas geograficamente, sendo seus resultados avaliados pela Diretoria Executiva da Companhia de forma distinta.

Com este cenário, a Companhia concluiu que as informações preparadas e analisadas individualmente pela Diretoria da Companhia, principal tomador de decisões operacionais de cada concessão - responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho das mesmas - considera a seguintes informações financeiras de seus dois segmentos operacionais:

- Operação Norte; e
- Operação Sul.

O principal tomador de decisões de cada operação da Companhia não analisa determinadas contas patrimoniais segregadas por segmento operacional. Desta forma, essas informações segmentadas não estão sendo apresentadas.

A principal métrica de desempenho avaliado pela Companhia para gestão dos segmentos operacionais é o EBITDA. O EBITDA é definido como o lucro/(prejuízo) mais depreciação, amortização, resultado financeiro (líquido), variação cambial (líquida) impostos sobre o Lucro.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumarizada relacionada aos segmentos e à distribuição geográfica das operações da Companhia para 31 de março de 2023 e de 2022:

	31/03/2023						
	Reconciliação ao lucro líquido (prejuízo) do exercício						
	Receita Líquida (*)	Custo dos serviços prestados (*)	Desempenho avaliado pela Companhia (*)	Depreciação/amortização	Resultado Financeiro Líquido	Impostos sobre Lucro	Prejuízo
Operação Norte	27.248	(18.955)	341	(12.549)	(46.689)	297	(58.600)
Operação Sul (i)	120.827	(63.439)	56.279	(40.402)	(30.735)	(7.866)	(22.724)
Consolidado	148.075	(82.394)	56.620	(52.951)	(77.424)	(7.569)	(81.324)

(\*) Informações revisadas pela Diretoria Executiva.

	31/03/2022						
	Reconciliação ao lucro líquido (prejuízo) do exercício						
	Receita Líquida (*)	Custo dos serviços prestados (*)	Desempenho avaliado pela Companhia (*)	Depreciação/amortização	Resultado Financeiro Líquido	Impostos sobre Lucro	Lucro líquido
Operação Norte	16.331	(16.245)	7.523	(12.107)	20.800	358	16.574
Controladora	16.331	(16.245)	7.523	(12.107)	20.800	358	16.574

(\*) Informações revisadas pela Diretoria Executiva.

Receita bruta, por região geográfica	2023				%
	Operação Norte	Operação Sul	Consolidado		
Europa	13.990	31.348	45.338		28%
Suíça	13.990	18.981	32.971		21%
Inglaterra	-	3.637	3.697		2%
França	-	8.730	8.730		5%
América do Sul	14.126	63.925	78.051		49%
Brasil	6.092	62.976	69.068		43%
Uruguai	8.034	949	8.983		6%
América do Norte	1.159	25.374	26.533		17%
EUA	1.159	25.374	26.533		17%
Ásia	-	9.603	9.603		6%
Singapura	-	9.603	9.603		6%
Consolidado			159.525		100%
Impostos sobre vendas			(11.450)		
Receita Líquida			148.075		

Receita bruta, por região geográfica	2022	%
Europa	12.160	68%
Suíça	12.160	68%
América do Sul	5.818	32%
Brasil	2.136	12%
Uruguai	3.682	20%
Total	17.978	100%
Impostos sobre vendas	(1.647)	
Receita Líquida	<u>16.331</u>	

## 28. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AS DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

Durante os períodos findos em 31 de março de 2023 e de 31 de março de 2022, a Companhia realizou as seguintes atividades operacionais, de investimento e financiamento não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Itens não caixa	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Reajuste contratual Arrendamento	5.767	2.133	11.597	-
Reconhecimento de dividendos não recebidos	3.660	-	-	-

## 29. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A representação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, originalmente publicadas em 30 de Maio de 2023, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e publicadas em 18 de julho de 2023.